

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 857 - de 14 de novembro a 28 de novembro de 2019



LULA SOLTO:

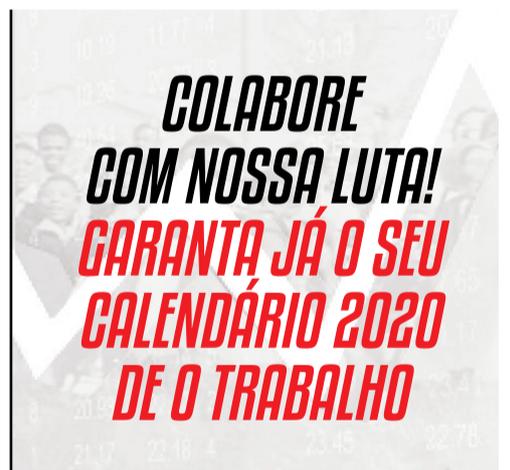
Ânimo na luta pela anulação dos processos e contra ataques do governo!



GREVE GERAL ATINGE TODO O CHILE



“Encorajamento formidável”, diz Luísa Hanune, agradecendo mensagem de Lula



PARTIDO

7º Congresso deve responder à altura que a situação exige **pág.4**

BOLÍVIA

Golpe contra Evo a serviço do imperialismo **pág.6**

HISTÓRIA

30 anos da queda do Muro de Berlim **pág.11**



A 37ª manifestação dos estudantes na Argélia

Todas as terças-feiras, jovens saem às ruas na luta contra o regime

Na terça-feira, dia 05 de novembro, em todas as grandes cidades universitárias da Argélia, os estudantes se manifestaram novamente em massa. Desde às 10h da manhã, eles começaram a se juntar na praça Martyrs, em Argel. Logo, palavras de ordem foram lançadas contra as eleições de 12 de dezembro, contra o regime, pela libertação dos prisioneiros políticos (ver pag. 12). Um slogan: “independência da justiça” e uma palavra de ordem: “Istiqlal (independência)!”. Diante de um impressionante dispositivo policial, a manifestação se precipita. Milhares de cidadãos se juntam aos estudantes para apoiá-los.

Nesta mesma terça-feira, a Assembleia Nacional iria examinar o projeto de lei sobre os hidrocarbonetos (petróleo e gás). Apareceram inúmeras palavras de ordem contra essa lei que questiona a soberania do país. “Contra a eleição com o grupo que quer vender os hidrocarbonetos”, lia-se em um cartaz. Essa questão da lei dos hidrocarbonetos tomou tal



37ª terça-feira dos estudantes

importância na manifestação que os estudantes decidiram se dirigir à sede da Assembleia Nacional.

O dispositivo policial reagiu. Numa primeira barreira policial, feita para bloquear os estudantes, os policiais batem com golpes de cassetetes, mas acabam tendo que ceder. Uma segunda barreira aparece, depois uma terceira. Escutam-se palavras de ordem pela greve geral. O forte dispositivo policial impede os manifestantes de chegarem à entrada principal da Assembleia. Mas, apesar de tudo, a manifestação chega por detrás do

prédio, diante da entrada secundária. Os estudantes então, diante da Assembleia gritam: “O Parlamento que vá para o lixo! A lei dos hidrocarbonetos que vá para o lixo!”. Inúmeros estudantes e cidadãos se dirigem aos dirigentes e aos militantes do PT presentes para pedir notícias de Luísa Hanune (ver pag.12) e saudá-la por seu combate

em 2005 que conseguiu derrotar a lei dos hidrocarbonetos. Vários manifestantes declararam: “Você tomou uma decisão histórica de renunciar seu cargo de deputada nesta Assembleia, pois você não faz parte dela hoje, mas está na rua conosco”. Para todos, foi uma das manifestações de terça-feira mais importantes que aconteceu.

Fraternité (jornal do Partido dos Trabalhadores da Argélia)

Lutar não é crime!

Perseguição à luta dos estudantes na UFSC



No dia 7 de novembro, o DCE Luís Travassos da Universidade Federal de Santa Catarina, foi surpreendido com um mandato da Polícia Federal, convocando a entidade a prestar esclarecimentos. O motivo é uma denúncia feita pelo Deputado Estadual Bruno Sousa (Novo), junto ao Ministério Público Federal, contra o DCE em razão das mobilizações de 14 de junho, data da Greve Geral contra a Reforma da Previdência e os cortes na educação.

Os coordenadores do DCE responderam a perguntas sobre a participação na greve, as ações cometidas, os meios utilizados para impedir as aulas, insinuações sobre depreciações, intimidação de funcionários, questionamentos que tinham por objetivo cassar o direito à greve e a organização estudantil.

Essa mesma universidade em 2017 foi palco dos abusos das instituições (MPF, PF) que levou ao suicídio o reitor Luiz Carlos Cancellier, vítima de um processo desproporcional.

Querem impedir a luta contra os retrocessos que o governo Bolsonaro tem imposto aos trabalhadores e a juventude.

Estudantes não se intimidam

Apesar desta perseguição para intimidar, os estudantes da UFSC e suas entidades continuam mobilizados e resistindo. No último período fizeram uma greve de 37 dias contra o fechamento do restaurante universitário, congelamento de bolsas, demissão de terceirizados entre outras medidas causadas pelos cortes no orçamento feitos pelo governo federal.

Com essa disposição o DCE Luís Travassos, com apoio da UNE, sindicatos e outras entidades, resiste no enfrentamento ao autoritarismo e obscurantismo deste governo, a luta dos estudantes é a luta de cada um que defende os direitos e a democracia.

O drama dos jovens no trabalho dos aplicativos

Jornadas diárias de 12 horas e muitas vezes dormindo nas ruas

Pesquisa realizada em São Paulo revelou que 75% das pessoas que trabalham como entregadores para aplicativos como iFood e Uber Eats tem entre 18 e 27 anos. Coordenado pelo Instituto Multiplicidade o estudo entrevistou 270 pessoas e mostra um quadro alarmante. Esses trabalhadores possuem uma jornada de trabalho em média de 12 horas diárias ganhando em média R\$ 936 por mês. O pagamento por entrega é tão pequeno nesse sistema que leva a 57% dos entrevistados a trabalharem todos os dias da semana, sem folga. Chegando à situação de não irem para a casa e dormirem nas ruas do centro de São Paulo para trabalhar ainda mais, como relata Caio Lucas da Silva, de 19 anos, descrevendo sua rotina de virar os finais de semana dormindo na rua para conseguir ganhar mais.

Desemprego e precarização

O elevado desemprego na juventude impulsiona o “sucesso” desses aplicativos de entrega.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revela que 25,8% das pessoas entre 18 e 24

anos estão desempregados em setembro. Isto é mais que o dobro do desemprego do resto da população.

Dos jovens entre 18 a 29 anos que estão empregados (cerca de 17,7 milhões de acordo com o IBGE) 7,3 milhões vivem de bicos.

São jovens que estão submetidos a trabalhos similares aos dos entregadores dos aplicativos, sem qualquer direito trabalhista.

Eles não têm direito ao descanso semanal, não tem férias, não tem nenhuma proteção à sua saúde no trabalho. É o que mostra o caso de Thiago de Jesus Dias, que trabalhava de entregador para o aplicativo Rappi. Durante uma entrega em uma região nobre de São Paulo ele se sentiu mal. Ana, a pessoa para quem ele fazia a entrega, o socorreu. Ela afirma que avisou a empresa Rappi da situação e recebeu como resposta apenas que desse “baixa no pedido” e nada mais! Thiago, abandonado pela empresa para qual ele trabalhava, sofreu com a demora em receber atendimento médico e acabou morrendo 2 dias depois das complicações do Acidente Vascular Cerebral que teve.

Mobilizações

Os aplicativos vendem o discurso do “empreendedorismo”, do “faça seu horário de trabalho” para atrair, em especial, os jovens. Na verdade, o que fazem os aplicativos é explorar o trabalho, sem nenhum direito.

A superexploração imposta pelos aplicativos começam a gerar mobilizações.

Em maio ocorreu uma paralisação dos motoristas de aplicativos em São Paulo e outras cidades brasileiras. Eles exigiam um pagamento mínimo maior por corrida e mais segurança. Manifestações similares ocorreram em diversas cidades do mundo. Em Londres os entregadores do UberEats paralisaram as atividades por um aumento no pagamento mínimo por entrega. No final do ano passado a cidade de Nova Iorque, após mobilizações dos motoristas de aplicativos, adotou uma lei que estabelece um pagamento mínimo por hora aos motoristas o que representou um acréscimo médio de 44% em seu pagamento.

Cristiano Junta

Danielle de Paula

Vem luta!

No dia 8 de novembro a bolsa de valores fechou em baixa e o dólar em alta.

O mercado financeiro, como expressão de fatores, como por exemplo a frustração com o leilão do petróleo e ávido que é para subjugar os países e os povos aos seus interesses, registrava também a reação à soltura de Lula.

Depois de 580 dias de uma prisão injusta, fruto de fraudes e manobras das instituições serviais ao capital financeiro, Lula solto – mas ainda condenado – conturba os planos arquitetados desde o golpe de 2016.

A recente Medida Provisória (MP) que cria a carteira verde amarela, com empregos sem diretos para os jovens, taxando em 7,5% o seguro desemprego, e as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) encaminhadas ao Congresso pelo governo (ver Pag. 8), dão mostras da perversidade que representa para o povo trabalhador e a soberania nacional a política que embalou o golpe e a eleição de Bolsonaro.

Lula fora da prisão – mas ainda condenado – é um fator de ânimo para a resistência do povo que neste primeiro ano de governo Bolsonaro, ainda que com dificuldades, não deixou de lutar. Ânimo demonstrado na recepção a Lula diante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no último dia 9.

Ânimo para a luta dos trabalhadores, espinhos para a burguesia que em editoriais

de seus jornalões revela pânico com a possibilidade do fortalecimento da luta. A começar da luta pela anulação de todos os processos contra Lula que continua com a condenação que o tirou das eleições de 2018.

O pânico da burguesia vem também do exemplo da luta do povo chileno. Mais atormentados ficam quando em discurso em São Bernardo, Lula relaciona a situação das

LULA FORA DA PRISÃO, FATOR DE ÂNIMO PARA A LUTA

condições de vida do povo chileno com o modelo que pretendem implantar também no Brasil e chama solidariedade à luta que há 26 dias convulsiona o Chile (ver pag.7).

Mas a ferocidade do capital financeiro não tem limites. No dia 10 de novembro foi consumado o golpe imperialista que vinha sendo orquestrado na Bolívia, com digitais do governo brasileiro (ver Pag. 6).

A ofensiva do capital financeiro só poderá ser freada com a luta do povo que já não aguenta mais ser sacrificado em benefício da especulação.

Não há tempo a perder, não há o que esperar desse governo e os que apoiam sua política.

O ânimo que a soltura de Lula representa deve ser canalizado para reforçar a luta para terminar com o sofrimento do povo trabalhador brasileiro.

Começando pelo enfrentamento, em unidade das organizações dos trabalhadores, das recentes medidas de Bolsonaro, MP e PECs, destruidoras da nação e dos direitos.

Neste cenário, nacional e internacional, de confronto entre os interesses do imperialismo e os interesses dos povos que querem viver, vai se reunir o 7º Congresso do PT.

A reação do mercado e da burguesia, diante da soltura de Lula, indicam mais que a preocupação com uma liderança incontestada. Temem o lugar que o PT pode ocupar na luta pelo fim do governo Bolsonaro, para reverter a situação imposta ao país com o estado de exceção instalado em 2016.

E o PT, em benefício do povo trabalhador, deve ocupar este lugar! Este é o desafio do 7º Congresso.

Para ajudar a responder este desafio, o Diálogo e Ação Petista, que a Corrente O Trabalho ajuda a construir, apresenta propostas ao 7º Congresso (ver Pag. 4).

Nós dirigimos aos nossos leitores para que ajudem a sustentar nosso combate, comprando o Calendário OT de 2020, contribuindo para sustentar nosso combate.

NOTAS

ÓLEO NAS PRAIAS E A INOPERÂNCIA DO GOVERNO

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) divulgou em 7/11 que 409 locais foram atingidos por óleo nas praias do nordeste. Mas, apenas 166 foram limpos totalmente de vestígios visíveis de óleo. Em 11/11 já eram 494 locais atingidos, agora incluindo praias do Espírito Santo. O óleo começou a ser avistado em 30/8 e até o dia 11/11, 75 dias de desastre ambiental, o governo federal ainda não colocou em ação todas as medidas do Plano de Contingência por vazamento de óleo! A limpeza das praias, em sua maioria, ocorre por conta da própria população. De maneira completamente improvisada os moradores locais tentam retirar o óleo, muitas vezes sendo contaminados no processo, como retratou matéria do jornal "O Estado de São Paulo" de 24/10. Apenas no estado de Pernambuco 19 casos de intoxicação de voluntários que trabalhavam na limpeza das praias foram registrados.

AUMENTO DA MISÉRIA E DESIGUALDADE RACIAL

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou em 6/11 que 13,5 milhões de brasileiros vivem na miséria. O estudo considera

miseráveis pessoas que vivem com menos de R\$145 por mês. Desde 2014 são mais 4,5 milhões de miseráveis no Brasil. A mesma pesquisa revela que a maioria das pessoas em situação de extrema pobreza são pretos e pardos (75%) e que os trabalhadores negros recebem em média 31% a menos que os brancos. A desigualdade salarial entre brancos e negros é ainda mais elevada entre aqueles com ensino superior, brancos recebem por hora R\$32,80, negros R\$22,70, 45% a menos. O mesmo estudo mostra ainda que pretos e pardos são a maioria da população brasileira, compondo 55,8% do total.

LIBERAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA AMAZÔNIA

No dia 6/11 foi revogado o decreto 6.961 de 2009 que proibia o plantio de cana-de-açúcar na região Amazônica e Pantaneira. O decreto foi adotado à época como medida para diminuir a pressão do desmatamento dessas regiões. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais enviaram estudo ao governo mostrando o impacto positivo do decreto na preservação da região amazônica e para o próprio cultivo da cana, mas não foram escutados.

Memória

CAMPANHA FINANCEIRA RECEBE CONTRIBUIÇÕES

Na preparação da Greve Geral, sustente o jornal que defende um PT de massas, democrático e de lutas. Prossegue a campanha financeira do jornal "O Trabalho". Na quarta semana de campanha, o jornal recebeu a contribuição de Perseu Abramo, jornalista e membro da Executiva Nacional do PT, e da professora Marilena Chauí, membro do Diretório Regional do partido em São Paulo. A campanha deverá prosseguir até o final de novembro, período em que estaremos recebendo as contribuições de nossos leitores, colaboradores, dirigentes políticos, sindicais e personalidades. Contribuições fundamentais para assegurar a continuidade de nosso combate.

O Trabalho nº 222 – 27/10/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

DAP atualiza tese para o 7º Congresso

Para o PT refletir sobre a situação e sua experiência

Unidade pelo fortalecimento do PT, Lava Jato é fraude, Lula Livre, e Fim do governo Bolsonaro, são eixos do Diálogo e Ação Petista que se mantém. Mas no documento inscrito no último 11, o Comitê Nacional do DAP faz algumas atualizações.

Qualifica um “estado de exceção, desde o golpe parlamentar do impeachment, apoiado nos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado, os mesmos que mantiveram Lula preso 580 dias em Curitiba”. E reafirma a luta de resistência, agora contra “as quatro novas contrarreformas para viabilizar o bloqueio de gastos por 20 anos”.

Diferente de outras teses, o DAP acha que “apesar das dificuldades, com altos e baixos, a luta dos povos se desenvolve no Brasil e no mundo: no último ano,



Lula esteve presente na abertura do 6º Congresso (2017) e também estará na do 7º

se produziram explosões sociais, algumas revolucionárias – Argélia, Líbano e Chile”.

“É verdade que um fator de desestabilização é a ofensiva dos EUA de Trump. Mas a teoria de que os povos se inclinam ‘à direita’, ao ‘neofascismo’, serve para encobrir a responsabilidade ou a impotência de certas forças políticas. Há o descrédito das forças que se

adaptaram ao sistema decadente. Mas a luta de classes não para. Novas forças sociais e formas de luta aparecem”.

A história não se repetirá

Na “América Latina, dada a natureza da crise mundial, a ofensiva dos EUA e a ausência de margem para a ‘conciliação’, a história de há 20 anos não vai se repetir. O PT deve refletir, aprender com suas próprias experiências no governo, erros e acertos, e se preparar para o enfrentamento dessa nova situação”. O fiasco da “concertacion” à chilena (v. pág. 7) é uma questão atual!

Hoje, “é central a luta pelo fim do governo Bolsonaro, a exigência do Lula Livre e a anulação dos processos manipulados com a responsabilização dos atropelos jurídicos da Operação

Lava-jato”.

O DAP alerta que “na luta contra esse governo, não cabem ilusões na cúpula militar. O impeachment para alçar o vice-presidente, general Mourão, resultaria no mesmo programa reacionário para o povo”.

E conclui, “para revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e fazer as reformas populares – agrária, jurídica, militar etc. - é preciso uma reforma profunda do Estado, através de uma Assembleia Constituinte Soberana. A experiência mostra que pela conciliação não se avança. Na verdade, uma frente não será ‘de esquerda’ nem ‘ampla’, se não trouxer as reivindicações do povo e a exigência Lula Livre”.

Markus Sokol

O Consórcio Nordeste muda o que?

Acordo dos governadores tem muitas contradições

Os nove governadores do Nordeste – do PT, PCdoB, PSB, MDB e PSD – criaram o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) com objetivo de “promover o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada”. A colaboração entre entes da federação é prevista na legislação, há um outro Consórcio Brasil Central (MT, MS, DF, GO, RO, TO e MA) desde 2015.

O mecanismo não inova muito, nem contesta nada, só prevê cooperações em áreas como educação, saúde e segurança, compras conjuntas de materiais a menor preço etc.

Um entusiasmado deputado baiano do PT, chegou a concluir do levante do Chile, que é hora do Consórcio Nordeste apresentar “uma agenda democrático-popular para o país” – nada impede, mas até o momento é discurso, talvez pelas composições dos governos que incluem PSDB, DEM etc.

Tentar enfrentar os cortes orçamentários de Bolsonaro é legítimo. O desemprego, as privatizações e a destruição de direitos, diminuem a arrecadação e os investimentos nos estados. Mas aonde e como o Consórcio como tal, é um “polo de resistência” ou uma “resposta à crise

econômica e social”?

Protocolo

O protocolo assinado pelos governadores pretende parcerias com o terceiro setor, “com vistas ao ganho de eficiência e à maior efetividade do serviço público”. A intenção é fazer parcerias com as Organizações Sociais (OSs), forma de privatizar serviços públicos.

Tal política, condenada em fóruns do PT e do movimento sindical, não deveria estar no cardápio de governadores petistas.

Rui Costa (BA), por exemplo, decidiu colocar OSs nas escolas, contra a

posição do PT e de dezenas de organizações e movimentos que exigem que revogue a medida.

O fato deste Consórcio emitir opiniões contrárias a certas medidas de Bolsonaro é positivo, mas ele também não toma posição sobre outras, e alguns governadores do PT até aplicam várias delas. Portanto, o Consórcio não anula um tipo de colaboração que existe, a conciliação (escolas militares, apoio à reforma da previdência etc.).

Como se vê, nem tudo que reluz é ouro. O Consórcio é o que é.

Paulo Riela

Regime de Recuperação Fiscal do governo Zema

O que se prepara é a mesma situação desastrosa do Rio de Janeiro

O Banco Mundial e o FMI participam com a equipe do governo Bolsonaro na elaboração das propostas de ajustes fiscais para a União, os estados e os municípios.

Em Minas Gerais, as propostas para o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) estão sendo conduzidas pelo ex-Secretário da Fazenda do RJ, que agora ocupa o mesmo cargo no governo Zema.

No Rio de Janeiro, o resultado é devastador. Houve a elevação do endividamento (de 2017 a 2019) em 19%, em mais de R\$27 bilhões, além de cortes no número de servidores e a precarização dos serviços públicos.

Zema, do Novo, prefere ir destruindo

do pelas beiradas. Faz sua agenda evitando correr risco de derrotas em questões do RRF e aguarda as aprovações das PECs de Guedes (ver Pag. 8).

Ele já reduziu sobremaneira os gastos das obrigações constitucionais, por exemplo em saúde de 12% para 5,5%. Anuncia terceirizar e privatizar a saúde através das Organizações Sociais (OSs), o que levou os trabalhadores da saúde a entrarem em greve desde o início deste mês.

Na educação, quer gastar 17,5% no ano quando a obrigação constitucional é de 25%. O resultado aparece no fechamento de turmas, escolas rurais e de horário integral.

Privatização das estatais

Zema também prepara a privatização das empresas estatais mineiras, mas precisa do aval da Assembleia Legislativa e de referendo popular, como no caso da CEMIG (energia elétrica) e da COPASA (saneamento). Mas a “bola da vez” é a CODEMIG que tem projeto de lei de privatização já encaminhado para a Assembleia Legislativa. É a empresa responsável pela extração de um minério de alto valor, para ligas metálicas de alta resistência e de última geração.

O consórcio explorador do nióbio em Araxá teve lucro bruto de R\$5,2 bilhões apenas em 2018. A CODEMIG tem 25% do lucro bruto dessas minas

cujas extrações durarão por mais de 200 anos. São R\$810 milhões em lucros líquidos de impostos ao ano que o governo privatista de Zema quer entregar para a iniciativa privada.

Certamente haverá uma resistência e oposição da bancada do PT e de outros partidos na ALMG, mas a possibilidade efetiva de derrotar esse projeto estará na resistência dos trabalhadores, principalmente na luta contra as privatizações. É o que esperamos dos movimentos que já acontecem em várias categorias em Minas Gerais, que precisam contar com o apoio decidido do PT e seus parlamentares.

João Santiago



COMITÊ CONVOCA ENCONTRO NACIONAL DO DAP

O Diálogo e Ação Petista fará seu Encontro Nacional no dia 15 de dezembro, em São Paulo reunindo representantes dos grupos de base. Cada grupo de base deve eleger 1 ou 2 delegados e providenciar as condições materiais de sua participação.

O Comitê Nacional do DAP, que se reuniu dia 31 de outubro, na sede nacional do PT, em São Paulo, discutiu a necessidade de realizar o encontro ainda neste ano, para fazer um balanço do 7º Congresso do PT, do desenvolvimento da situação nacional e internacional e assim ser um ponto de apoio para que os grupos de base iniciem o ano mais preparados para uma conjuntura política potencialmente explosiva.

O encontro acontecerá três semanas depois do 7º Congresso

Nacional do PT, quando o partido estará chamado a apontar perspectivas claras de combate ao governo Bolsonaro e suas medidas de ataques aos trabalhadores e à Nação.

O Encontro Nacional do DAP será precedido também da reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI). O CILI foi constituído na Conferência Contra a Guerra e a Exploração (Argel, dezembro de 2017), na qual a delegação brasileira integrava uma representação do PT, através do companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh.

A reunião do CILI que ocorre de 28 a 30 em Paris, deverá contar com a presença, pelo Brasil, dos companheiros Luiz Eduardo, Julio Turra e Vicentinho. Ela deverá discutir a situação mundial, marcada por explosões sociais,

como na Argélia, Chile, Equador e Líbano.

No encontro nacional do DAP, os resultados da reunião de Paris trazidos por esses companheiros, serão importantes subsídios para nossa discussão internacional e nacional.

Essa discussão já teve início na reunião do Comitê Nacional, avaliando-se o impacto que a situação na América Latina terá sobre o PT e seu 7º Congresso.

A reunião do Comitê Nacional fez também um balanço da participação do DAP nos Congressos Estaduais que foi considerada bastante positiva, com o DAP ampliando sua representação nas comissões executivas.

A partir da discussão da situação e do balanço dos encontros estaduais, o Comitê discutiu a atualização da tese

ao Congresso Nacional (disponível na íntegra em www.petista.org.br)

Na reunião foi dado o informe dos resultados de uma comissão do DAP que se reuniu previamente para aprofundar a discussão sobre a questão da criação de uma Secretaria Negra no PT, uma das propostas apresentadas na tese ao congresso nacional.

Encontro Nacional do DAP

- Data:** 15 de dezembro de 2019
- Local:** São Paulo
- Pauta:** situação internacional e nacional; comunicação; finanças
- Delegados:** 1 ou 2 de cada grupo de base, autofinanciados
- Convidados:** a Secretaria Nacional do DAP discutirá as propostas

ORGANIZANDO A LUTA NO BAIRRO EM BH

Faz algum tempo que militantes do DAP de Belo Horizonte desenvolvem um trabalho no Jardim dos Comercários, região de Venda Nova. Começou com a formação do Comitê Lula Presidente, que desenvolveu a campanha “eleições sem Lula é fraude”, em seguida com o envolvimento de todos nas eleições de 2018 com Haddad presidente e, antes do PED, a maioria dos membros filiou-se ao PT para integrar e votar nas chapas do DAP.

O resultado de todo esse processo foi a formação do grupo de base do DAP no Jardim dos Comercários, que realizou sua primeira reunião com a participação do deputado Betão e discutiu a situação da classe trabalhadora frente aos ataques do governo Bolsonaro e de Zema, governador de Minas Gerais.

No debate a companheira Patrícia,

mãe de três filhos, pode exemplificar como os cortes de verbas estão atingindo a vida das mães, que não estão conseguindo vacinar as crianças entre 0 e 6 anos. “Quando fizemos a reunião do DAP, estavam faltando as três vacinas mais importantes para as crianças. A tríplice viral já estamos encontrando, a pentavalente tem em pouquíssima quantidade e a tríplice bacteriana não tem nem previsão. Uma vizinha, cansada de esperar, resolveu pagar R\$ 195,00 para vacinar a filha. Mas, e quem não tem dinheiro, fica sem vacinar os seus filhos? Vamos deixar que doenças que não atacam mais as crianças, voltem com força para as nossas vidas?”

O DAP, que se reunirá em 17 de novembro, discutirá o assunto para ajudar a companheira Patrícia na continuidade do trabalho que ela já iniciou com as mães do bairro. “Quero



Patrícia com seus filhos em frente ao posto de saúde: sem vacinas para as crianças.

mesmo discutir a situação na reunião que vamos realizar, porque tem problema com o posto de saúde, mas tem também nas escolas públicas. Não tem vaga em creches e escolas do primeiro grau. Nós, mulheres ficamos

com a maior responsabilidade com as questões de saúde e educação dos nossos filhos e a gente vai ter que cobrar solução. E não adiante esperar por conselheiro de saúde. Tem aqui no bairro, mas se sabem do problema discutem lá no Conselho. Com a gente ninguém conversa”.

Os militantes que participam do DAP do Jardim dos Comercários, além dos problemas destacados pela Patrícia, discutirão a situação política após a libertação do Lula e elegerão um representante para participar do Encontro Nacional do DAP.

DAP DE FEIRA(BA) DISCUTE E AGE

Militantes do Diálogo e Ação Petista de Feira de Santana (BA) realizaram uma reunião no dia 5 de novembro. Foi feita uma avaliação da etapa baiana do 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores, seguida de uma análise de conjuntura política dos cenários nacional e internacional. Discutiu-se também a organização de ações do DAP em Feira para o próximo período, e a indicação de representantes para o Encontro Nacional do DAP.

Vera Carneiro, militante do DAP Bahia e integrante do Comitê



Reunião do grupo de base de Feira de Santana

Nacional do DAP, também repassou informes da última reunião do comitê, que aconteceu no último dia 31 em São Paulo. Em

sua opinião, “a reunião foi muito proativa e os debates sobre a situação política foram esclarecedores”. “Os militantes ficaram animados com o crescimento do DAP no último PED em todo Brasil e por Feira de Santana ter contribuído com este crescimento”, declarou.

Das palavras à ação, os militantes do DAP foram às ruas protestar contra o projeto do governador Rui Costa, do PT (portaria 770), que promove a privatização da educação por meio das ditas Organizações Sociais.



CONTRIBUA COM O DAP

Para financiar suas ações, agindo como o PT agia, o DAP conta com a contribuição de seus militantes, na base de um cafezinho por mês. A contribuição pode ser depositada na conta

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
 Agência: 2842 - | Operação: 013
 Conta Poupança: 13833-4
 Em nome de André Sena
 (CPF: 949.613.440-87)

Golpe na Bolívia com renúncia de Evo

Mais uma “autoproclamação” presidencial a serviço de Trump na América do Sul

Na tarde do domingo 10 de novembro, o general Willams Kaliman retirou o apoio do Exército ao presidente Evo Morales, que pela manhã havia aceito novas eleições, e ele renunciou. Com ele também o vice, Garcia Linera, os presidentes do Senado e da Assembleia, todos do Movimento ao Socialismo (MAS), que até então tinha 2/3 do parlamento e a maioria dos votos no 1º turno eleitoral de 20 de outubro, contestado pela oposição como “fraude”.

Em 12 de novembro, num Senado sem quórum, Jeanine Añez auto-proclamou-se presidente, com uma Bíblia na mão e prometeu eleições “o quanto antes”.

A seu lado estava Luís Fernando Camacho, o “Bolsonaro boliviano”, empresário do “comitê cívico” de Santa Cruz que liderou atos de violência contra a “fraude”, com queima de locais públicos e agressões a militantes do MAS. Em seguida, Jeanine reuniu-se com chefes militares, dos quais recebeu a faixa presidencial. Todas as regras da constituição boliviana foram atropeladas.

O governo Bolsonaro reconheceu imediatamente a “nova presidente”, havendo indícios de sua participação no golpe. O “Valor Econômico” (12/11) publicou que Camacho reuniu-se com membros do governo no Itamaraty e no Palácio do Planalto em maio.

No mesmo dia 12, Evo e Linera che-



Depois de renunciar, Evo chega ao México, na Bolívia o povo resiste ao golpe enfrentando forte repressão

garam ao México, com o asilo político dado por López Obrador, após denunciarem ameaças de prisão contra si e violências a seus próximos.

As forças sociais que deram o golpe

Debaixo do guarda-chuva de Trump, elas estão nítidas: Camacho é a oligarquia de Santa Cruz, irmã siamesa dos ruralistas brasileiros da fronteira, “branca” e racista, ligada ao agronegócio, que no 1º mandato de Evo (2005-08) ameaçou separar-se da Bolívia; empresários de outras regiões, sócios menores de multinacionais; setores de classe média urbana e os cooperativistas mineiros.

É preciso notar que as minas, privatizadas nos governos anteriores, não foram renacionalizadas por Evo, como ocorreu com o petróleo e gás. A estatal Comibol é minoritária na exploração das ricas jazidas do país e a lei das minas do governo do MAS incentivou as cooperativas, antes privados que contratam terceirizados com baixos

salários e jornadas exaustivas, sem direito à sindicalização.

Assim, a força que tinham os mineiros nos anos 70/80, “coluna vertebral” da classe operária, foi abalada e hoje a sua Federação sindical – esteio da Central Operária Boliviana (COB) – é minoritária diante da Federação das cooperativas mineiras. O que pode explicar a dificuldade que teve a COB em defender Evo do golpe. Seu dirigente Huarachi, em 10 de novembro, sugeriu a sua renúncia para evitar “sangue entre bolivianos”.

A renúncia de Evo

O que leva à questão da atitude de Evo. O motim de policiais, negando-se a reprimir a violência da direita, já tornara a situação difícil para o governo. Autoridades atacadas por “comitês cívicos” já haviam renunciado antes que Evo recebesse o ultimato do general Kaliman (ex-adido militar da embaixada nos EUA).

Ao renunciar, Evo disse que havia

discutido com companheiros e que o fazia para evitar mais violência.

Ocorre que hoje Evo está no México e os setores populares que resistem ao golpe são atacados brutalmente pelo Exército e polícia.

Acusado de fraude pela oposição, Evo confiou na OEA – agência direta de Washington – que em 48 horas declarou irregularidades no pleito, precipitando o golpe.

Presidente por 14 anos, Evo aparentava apoio majoritário e se vangloriava dos avanços econômicos do período, inclusive para as empresas privadas.

O fato é que o imperialismo dos EUA não aceita qualquer governo na América Latina que não se dobre 100% às suas exigências. Por isso, a defesa do povo boliviano contra o golpe e a denúncia de seu caráter pró-imperialista é incondicional.

Em 12 de novembro, em meio a mobilizações contra o golpe em El Alto, La Paz e outras regiões, a COB condenou a violência da oposição e deu prazo de 24 horas para ser restabelecida “a ordem constitucional e a paz social”, senão haveria greve geral.

Parece ser uma reação tardia. O que não quer dizer que a situação vá se estabilizar, numa região convulsionada como a nossa, como mostra a greve geral no Chile (ver ao lado).

Julio Turra

Ataque à embaixada da Venezuela!

Ação de bolsonaristas e apoiadores do auto-proclamado Guaidó

Um grupo de direita de cerca de 30 pessoas invadiu a Embaixada da Venezuela em Brasília desde as 5 horas da manhã de 13 de novembro.

O senador Telmário Mota (Pros-RR), chamado para dialogar com os invasores, foi impedido de entrar na embaixada por ordem do ministro Ernesto Araújo, que enviou um diplomata para dizer que o governo reconhece Guaidó e não Maduro. Os PMs deslocados para o local não tinham ordens do que fazer.

O ministro das Relações Exteriores do país vizinho, Jorge Arreaga, responsabilizou o governo do Brasil pela integridade física dos diplomatas, exigindo respeito às normas internacionais, no que foi respaldado pela ONU.

Enfim, o presidente Bolsonaro disse repudiar a invasão. Note-se que a embaixada na Bolívia foi atacada

também no dia 10 de novembro.

Militantes do PT, da CUT, MST e outras entidades, além de parlamentares, como Paulo Pimenta (PT-RS), foram à embaixada. O líder do grupo invasor foi retirado pelos que estavam dentro da mesma.

Segundo Oton Neves, do Sindsepede, os salários dos funcionários da embaixada estão bloqueados há meses, pois o governo brasileiro não repassa o dinheiro vindo de Caracas para pagá-los. Eles são assediados pela “embaixadora” de Guaidó, com ofertas de vantagens.

“Cães de briga” de Trump

Os Bolsonaro almejam ser os “cães de briga” de Trump. O futuro ex-embaixador nos EUA, Eduardo, tuitou em apoio à invasão desde cedo: “Se o Brasil reconhece Guaidó como presidente da Venezuela, por



Paulo Pimenta do PT, sindicalistas e outros militantes reverteram a tentativa de invasão da embaixada venezuelana em Brasília

que a embaixadora Maria Teresa Blandria, indicada por ele, não estava fisicamente na embaixada?”. Mesmo depois do repúdio oficial de seu pai, ele continuou tuitando: “Invasão é o que ocorre agora com os brasileiros esquerdistas”.

Ao final da tarde, Rodrigo Rodrigues, novo presidente da CUT-DE, postou em mensagem: “Vitória! A pressão exercida fez com que os invasores golpistas saíssem da Embaixada da Venezuela. A luta continua!”

Chile: greve geral para o país em 12 de novembro

Apesar da repressão brutal, continua a luta do povo que exige Constituinte

Desde o dia 18 de outubro, quando uma manifestação de estudantes contra o aumento da tarifa de metrô em 30 pesos contagiou todo povo trabalhador, as mobilizações do povo chileno estampam o anseio de pôr fim às condições de vida que resultam das políticas e instituições criadas na ditadura militar e preservadas 30 anos depois de sua queda, pelos sucessivos governos, através da política da "Concertación".

Um anseio que se expressa na exigência de uma Assembleia Constituinte que dê a palavra ao povo para que ele possa exercer sua soberania.

No último dia 12, como parte desse processo, ocorreu uma greve geral no país.

Publicamos nesta página um artigo de Javier Marquez, dirigente da Confederação Bancária do Chile e membro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT).

"Greve geral no Chile

Transcorridos 26 dias de convulsão política no Chile, a deterioração do governo se aprofunda.

Diante da série de erros cometidos, como os militares nas ruas, o governo não têm como devolver a paz ao país.

A direita também faz infelizes intervenções e os congressistas dos partidos tradicionais disputam as telas das televisões, como 'comentaristas da revolta social'.

O povo repudia, em geral, a saída política que tentam construir, e pede uma Assembleia Constituinte, mediante um plebiscito que cumpra com os requisitos de participação universal e que os eleitos nessa Assembleia o sejam pelo voto popular com o único fim de fazer a nova Constituição.

O governo, respondendo à pressão da direita e do grande empresariado, dá respostas que, na aparência, dialogam com esta demanda, mas com a intenção de manter a institucionalidade atual.

Piñera fala em Congresso Constituinte e apresenta uma série de medidas que supostamente solucionariam, em parte, os problemas que o povo reclama: aposentadorias, saúde, tarifas elétricas, impostos maiores para os setores com maiores rendas, entre outras.

A que mais ruído faz é a proposta de um Congresso Constituinte na qual o Congresso faria uma nova Constituição que seria submetida a



Na cidade de Punta Arenas (extremo sul do país) marcha no dia da greve geral

um plebiscito.

Os trabalhadores e o povo rechaçam esta via e exigem um plebiscito para que seja eleita Assembleia Constituinte Soberana.

A povo quer exercer sua soberania

Em todo o país se realizam centenas de cabildos [assembleias que reúnem o povo, NdT] e debates sobre um processo constituinte que permita gerar uma nova Constituição. Só a Assembleia Constituinte permite reintegrar a legítima soberania do povo. O Congresso e o Executivo não são portadores da soberania que só cabe ao povo.

Nas segundas-feiras os congressistas têm sessão em Santiago, no ex-Congresso [antiga sede do Congresso Nacional que hoje situa-se na cidade de Valparaíso, NdT].

Na segunda, dia 11, repetiu-se a ação da semana anterior. Manifestantes, em marcha, rodearam o edifício, dizendo aos deputados não legislarem às costas do povo. Em um momento foi possível entrar no jardim do prédio, onde estavam alguns congressistas, aos quais foi dado conhecimento desses anseios. A bancada de oposição se mostrou disposta a escutar as demandas mais sentidas, mas a direita se negou rotundamente.

Terça-feira dia 12

Foi neste contexto que se desenvolveu na terça-feira, dia 12, a jornada da greve geral que teve muitos pontos fortes.

Em várias cidades houve marchas históricas quanto ao número de participantes. Em todo o país foram cerca de dois milhões e, segundo a

polícia, desde o início do movimento foram quatro milhões de pessoas que se manifestaram com a Unidade Social que congrega mais de 200 organizações de todo o tipo, algumas nacionais e outras setoriais.

O eixo sindical cumpriu em grande parte as expectativas. Os portuários paralisaram 20 portos, os mineiros fizeram sua parte, os bancos funcionaram a "meia bomba", caminhoneiros bloquearam estradas etc.

As diferentes marchas foram massivas em todo o país e as demandas se repetem com mais força, como resposta às propostas do governo.

A exigência é de pronta resposta do governo, caso contrário será avaliada a convocação de uma greve geral por tempo indeterminado.

Polícia reprime e monitora dirigentes

Em coletiva de imprensa ocorrida depois da avaliação das mobilizações do dia 12, foi novamente denunciado o uso criminoso de balas de borracha que deixaram duas pessoas, que circulavam no local, feridas.

O tema que cruza as mobilizações e é motivo de condenação mundial é a repressão desencadeada pela polícia, que apesar das denúncias não cessa.

Chegam a 200 os que tiveram os olhos furados por balas de borracha disparadas no rosto. Muitos vídeos demonstram a intencionalidade para causar danos irreparáveis.

É preciso dizer que quando se desenvolvem manifestações pacíficas, as forças policiais desaparecem e deixam que atuem grupos estranhos às organizações e ao povo que se manifesta. Quando a polícia atua, é sempre contra os manifestantes, reprimindo com gases, água com produtos químicos e disparos de bala de borracha, deixando

muitos feridos. Há agentes da polícia que se infiltram nas marchas vestidos de civis e encapuçados provocando o caos.

Acrescente-se a isso documentos que comprovam que a polícia está vigiando dirigentes sindicais e do movimento social. Em fichas encontradas figuram, entre outros, como objeto de monitoramento pela polícia, Luís Mesina (foto abaixo), porta-voz da Coordenação do Movimento "Não mais AFP" [Fundos privados de aposentadoria, NdT]. Mesina é também membro do AcIT. Diante dessa situação foram apresentados, em tribunais, recursos para a proteção desses dirigentes.

O povo segue em luta

Ao cair da tarde do dia 12, o presidente Piñera reuniu-se com o Ministro do interior e outras autoridades para avaliar a situação do país. Temia-se por um novo estado de exceção que devido ao rechaço da oposição e deferências de setores da direita, foi finalmente descartado.

O presidente propõe três acordos para superar a crise: pela paz, pela justiça e uma nova Constituição. Mas não apresenta soluções concretas.

A oposição qualifica a situação como falta de vontade do presidente já que não oferece nada de novo.

A nova Constituição seria sob o controle do Congresso com um plebiscito posterior para validá-la. Muito longe do que o povo quer.

Na questão da justiça são reformas que na realidade eram parte de seu programa e não solucionaram os problemas, são apenas para salvar o atual modelo. Em relação à paz social propõe um acordo entre os partidos, um pacto social.

Finalmente, as mobilizações prosseguem e o gás lacrimogêneo já é habitual nas cidades, o transporte escasseia, os serviços não funcionam, os bancos estão a "meia bomba" e a jornada de trabalho é cada vez mais curta.

Santiago, 13 de novembro!"

ANTECEDENTES PERSONALES	
	Nombres LUIS FERNANDO
	Apellidos MESINA MARÍN
	C.I. [REDACTED]
	E. Civil SOLTERO
	Edad 63 AÑOS
	Domicilio [REDACTED]
	Nacionalidad CHILENA
	Apodo SE DESCONOCE
Ant. Policiales	No registra
Ant. Penales	No registra
Ant. Inteligencia	Registra
Fichas comprovam monitoramento de dirigentes	

Editado “programa verde amarelo”

Uma enganação para aumentar a exploração de jovens e tirar empregos de não jovens

Em 11 de novembro foi editada a Medida Provisória (MP) 905, criando a “carteira verde amarela”. Ela legaliza o subemprego de jovens, reduz o valor do seguro-desemprego em 7,5% e coloca no bolso dos empresários 34% do que ele teria que pagar em tributos.

A redução da arrecadação cairá nas costas do desempregado, pois o governo vai cobrar 7,5% de alíquota para o INSS do valor do seguro-desemprego.

Os patrões que contratarem jovens de 18 a 29 anos com teto salarial de 1.497 reais, não pagarão a contribuição de 20% sobre a folha para o INSS, nem as alíquotas do Sistema S e do salário-educação. Os contratados “verde amarelos” receberão 20% do valor de FGTS (hoje é 40% na carteira azul) se demitidos sem



justa causa.

Para a professora de economia da USP, Leda Paulani, “a carteira verde amarela é mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores porque o empresário não vai querer contratar pela carteira azul com todos os encargos trabalhistas”.

A MP 905 também permite o trabalho aos domingos e feriados, compensado com folga em dias da semana, sem nenhum centavo de hora-extra (hoje entre 50% e 100%).

Em resumo, o efeito será tirar o

emprego de quem tem mais direitos (carteira azul), ainda que o governo diga que os patrões não podem substituir os antigos funcionários por novos que terão menos direitos. É evidente que não se vai gerar 1,8 milhão de empregos como mente o governo, além de piorar a vida dos trabalhadores.

A MP tem validade de 60 dias. Os contratos “verde e amarelo” poderão ser assinados até 31 de dezembro de 2022 e com validade de até 24 meses.

É hora de unidade para lutar

Em 13 de novembro, a CUT e demais centrais fizeram uma panfletagem no centro de São Paulo para denunciar o “Plano Mais Brasil”, pacote de Bolsonaro/Guedes (ver matéria abaixo) e o “Programa

Verde e Amarelo” como mais uma contrarreforma trabalhista que retira direitos para beneficiar o capital.

Não há como não se lembrar dos gritos dos jovens franceses, diante de uma medida similar do seu governo: “Papai, achei um emprego, o seu!”.

É hora da mais ampla unidade de todos os sindicatos para enfrentar um ataque que vai atingir todas as categorias e setores da atividade econômica. É o que se espera da CUT e demais centrais, pois se a classe trabalhadora não reagir, os jovens não terão verdadeiros empregos com direitos e os mais velhos vão aumentar as cifras do desemprego e trabalho informal que já atingem mais da metade da força de trabalho.

Edison Cardoni

“Plano mais Brasil” é pacote de destruição da nação

Propostas de Paulo Guedes aprofundam desmonte da economia “a la chilena”

Em 5 de novembro, Bolsonaro enviou ao Senado três propostas de emendas constitucionais (PEC): a do Pacto Federativo, a Emergencial e a dos Fundos Públicos. Ainda vai para a Câmara uma contrarreforma administrativa.

O que se pretende são mais cortes nos gastos públicos e a retirada de dispositivos que obrigam municípios, estados e a união a gastar um mínimo com despesas sociais como saúde e educação. Se pretende também facilitar privatizações e acabar com fundos públicos, cujos saldos seriam desviados para pagar a dívida. Tudo em nome do equilíbrio fiscal.

Mas o problema dos déficits nas contas públicas não vem de aumento nos gastos, mas da queda nas receitas provocada pela estagnação econômica cuja raiz está no golpe de 2016

- só a Lava Jato provocou o fim de centenas de milhares de postos de trabalho - e nas medidas econômicas de Temer-Bolsonaro.

O pacote atende à Emenda Constitucional 95, que bloqueou por 20 anos o crescimento dos gastos públicos, levando ao desmanche dos serviços públicos em todos os níveis, mas vai além.

Se na “era FHC” falava-se em “estado mínimo”, hoje é nenhum estado para o povo trabalhador e tudo para o capital financeiro.

Junto com essas PECs, o governo quer privatizar a Eletrobrás, entregar o Pré-sal em leilões, enquanto a base de Alcântara será entregue em votação no Senado, num grave atentado à soberania nacional.

O que eles querem é impor no Brasil o “modelo chileno”, tão caro ao

FMI, contra o qual o povo se levanta no país andino.

Ataques aos servidores são cortina de fumaça

Para desviar a atenção do que está em jogo, o governo e a mídia servil fazem ataques aos servidores e empregados públicos:

✘ redução salarial de 25% quando houver “emergência”, ficando de fora da redução os promotores, juízes, policiais e militares; é o estado reduzido à repressão;

✘ aumento do estágio probatório de 3 para 10 anos, com o servidor ficando à mercê de ordens de governantes;

✘ redução do número de carreiras para destruir suas atribuições; é o que vimos nos ataques a servidores que tentaram combater a mancha de

óleo no litoral do Nordeste e contra órgãos ambientais quando das queimadas na Amazônia, incluindo a destruição da política indigenista.

✘ junção dos pisos obrigatórios para a saúde e a educação, em nome da “flexibilidade” para os gestores; o que desestabiliza os dois sistemas.

Com outras medidas já adotadas, como a terceirização ilimitada, a contrarreforma trabalhista e Previdência, o pacote quer fazer da nação terra arrasada para o povo trabalhador e um paraíso para o capital financeiro.

Em 26 de novembro, a CUT e demais centrais - que acabaram de anunciar saída do Conselho de Relações do Trabalho criado pelo governo - fazem plenária de organização na luta para impedir esse desastre.

E. C

Cúpula dos Brics

Bolsonaro é anfitrião da reunião que ocorre em Brasília

Bolsonaro é o anfitrião da cúpula deste ano dos Brics - o grupo que reúne os governos do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A reunião estava se realizando em Brasília durante o fechamento desta edição. As tensões políticas que afligem a América Latina não estarão dentre as preocupações das conversas - centradas nos negócios.

Os governos, chinês e brasileiro, têm procurado elevar a colaboração política e comercial nos últimos

meses. O discurso ideológico anti-China da época da campanha eleitoral de Bolsonaro e até um pouco depois de sua posse foi trocado por elogios ao grande “país capitalista” que é a China - conforme explicou quando esteve em visita oficial ao líder do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping. Foi em tal visita que Bolsonaro teria pedido ajuda a Jinping para que empresas chinesas participassem dos leilões de privatização do Pré-sal da semana passada.

Agora, em plena semana do golpe na Bolívia - com direta participação de Bolsonaro -, as conversas de colaboração econômica e comercial seguirão normalmente. Os setores de agronegócio e mineração - que são base do bolsonarismo e de sua política de forçar o Brasil a voltar a ser um exportador de matérias primas e importador de industrializados - têm grandes interesses em manter um bom relacionamento com a China, principal importadora

de “commodities” do Brasil.

O Brics havia sido criado ainda na época do governo Lula. Seus proponentes, o apresentavam como uma alternativa de desenvolvimento capitalista não subordinada ao centro. Será que isso faz sentido? Bolsonaro, em todo caso, quebrou a tradição de convidar à cúpula do Brics líderes de países vizinhos do anfitrião. Isso para não ter que reconhecer Maduro.

Alberto Handfas

Continua a luta pela anulação dos julgamentos

Lula foi solto mas, sem provas, segue injustamente condenado pela Lava Jato

A fala de Lula em São Bernardo do Campo, no dia 9, foi acompanhada com entusiasmo pelos participantes do ato que celebrava a sua soltura. O sentimento era o de que a saída de Lula da prisão, após 580 dias, poderá provocar mudanças importantes na situação do país. Na véspera, em Curitiba, ao dirigir-se aos integrantes da vigília quando saiu do prédio da Polícia Federal (PF), o ambiente era semelhante.

Lula foi solto em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada por 6 votos a 5, de que pessoas condenadas não podem ser presas até que haja o trânsito em julgado do processo, ou seja, até que sejam apreciados todos os recursos judiciais possíveis. É o que estabelece a própria Constituição, mas uma jurisprudência do STF de 2016 havia possibilitado a prisão após condenação em segunda instância.

A decisão do STF levou também à soltura de Zé Dirceu, ex-presidente do PT, preso em Curitiba desde maio, e à revogação da execução das penas dos dirigentes petistas João Vaccari e Delúbio Soares, com a Justiça determinando a retirada das tornozeleiras que estavam usando em regime de prisão domiciliar.



São Bernardo do Campo, 9 de novembro: recepção a Lula 580 dia depois da prisão

“Não ganhamos nada”

Em seu discurso no ABC, Lula falou sobre a farsa da Lava Jato e advertiu para o fato de que a luta é pela anulação dos processos que o condenaram sem provas, retirando-o da eleição presidencial do ano passado. A ação ilegal do ex-juiz Sergio Moro (atual ministro de Bolsonaro), que coordenava os trabalhos dos procuradores liderados por Deltan Dallagnol e até da PF, ficou comprovada nas matérias da série #VazaJato, publicadas pelo site The Intercept e outros órgãos de imprensa.

Como foi gritado no ato: “A Lava Jato é armação! É Lula Livre em defesa da nação!”.

Lula chamou Moro de “canalha” e disse que Dallagnol “montou uma quadrilha com a força-tarefa da Lava Jato, inclusive pra roubar dinheiro da Petrobras e das empreiteiras”. Depois, afirmou: “Olhe, nós ainda não ganhamos nada. Porque o que nós queremos agora é que seja julgado um habeas corpus que demos entrada no Supremo Tribunal Federal anulando todos os processos feitos

contra mim”. E completou: “Tudo o que o Intercept está falando agora já está escrito na minha defesa há quatro anos atrás. E só tem uma explicação pra que eles façam esse processo: foi pra me tirar da disputa eleitoral”.

O ex-presidente está solto, mas, como pede o abaixo-assinado que coletou apoios em todo o país, a exigência agora é a anulação dos julgamentos.

Governo Bolsonaro

Lula criticou o governo Bolsonaro, que classificou de um governo de milicianos, e centrou fogo em medidas tomadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a quem chamou de “demolidor de sonhos, destruidor de empregos, destruidor de empresas públicas brasileiras”. Bateu forte contra a política que favorece o desemprego, os baixos salários e o aumento da fome.

Na questão da Previdência, lembrou a luta do povo chileno: “A aposentadoria que o Guedes fez aqui é a que tem no Chile, que está fazendo

com que pessoas velhas morram porque não tem salário. É por isso que no Chile o povo está na rua”.

Na fala sobre Bolsonaro, no sábado, algo que destoou foi a afirmação de que “democraticamente, nós aceitamos o resultado da eleição”. Um dia antes, em Curitiba, Lula tinha abordado a fraude eleitoral, ao dizer que Haddad, o candidato do PT em 2018, não foi eleito presidente “porque a eleição foi roubada”.

Em São Bernardo, Lula afirmou também que, se soubermos trabalhar, “em 2022 a chamada esquerda que o Bolsonaro tem tanto medo vai derrotar a ultradireita”. Ora, a luta pelo fim do governo Bolsonaro, o quanto antes, não será a melhor resposta para o povo que sofre com o desemprego, os baixos salários e a fome?

Cláudio Soares

MENSAGEM DE SALAH SALAH

Salah Salah, membro do Conselho Nacional Palestino e da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores (AclIT), mandou a seguinte mensagem, após tomar conhecimento da soltura de Lula: “Congratulações... finalmente. É justo que Lula esteja livre. Eu compareci à conferência internacional anti-imperialista em Cuba e participei com quase 1.500 pessoas enviando uma saudação a Lula. (...) Espero que em nossa reunião em Paris possamos celebrar com a liberdade de nossa camarada Luísa [Hanune]”. [referência à reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, que ocorrerá de 28 a 30 deste mês - NdT]

TRF-4 faz manobra para apreciar sentença do sítio

Moro e o podre Poder Judiciário não dão mostras de recuo nas ameaças

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), segunda instância da Lava Jato, marcou para o dia 27 o julgamento da apelação criminal do processo contra Lula relativo ao sítio de Atibaia. De acordo com o TRF-4, inicialmente será apreciado se a ação voltará para as alegações finais, anulando-se a sentença de primeira instância.

Esse ponto tem a ver com a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro, de que réus têm o direito de se defender após conhecerem as acusações feitas por outros réus que se tornaram delatores. Direito que foi negado em vários processos da Lava Jato, inclusive o do

sítio de Atibaia.

A defesa de Lula, porém, pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspenda a realização desse julgamento. O objetivo da defesa é anular todo o processo, não apenas a sentença de condenação.

Um ministro do STJ, Leopoldo Raposo, já havia suspenso a apreciação do ponto inicial destacado para o dia 27. O TRF-4 fez agora uma manobra para que o assunto volte à pauta, a pretexto de que o julgamento abarcará em seguida o conjunto da ação.

A sentença de primeira instância, da juíza Gabriela Hardt, que substituiu Sergio Moro por um tempo, é a da

famosa “copia e cola”, porque a magistrada usou em seu texto trechos da sentença de Moro sobre o triplex de Guarujá. No dia 13, o TRF-4 anulou outra sentença dessa juíza, num processo de ação penal fora do âmbito da Lava Jato, por ter copiado trechos de outro documento. O mesmo que ela fez no caso de Lula.

Pedidos de prisão

Bolsonaro ameaçou utilizar contra Lula a Lei de Segurança Nacional, legislação da época da ditadura que se mantém até hoje. Além disso, pelo menos quatro pedidos de prisão preventiva do ex-presidente foram encaminhados ao Ministério Público

Federal nos primeiros dias após a sua soltura, por parte de parlamentares do PSL e pelo MBL.

O objetivo é calar a boca de Lula, levá-lo de volta à cadeia. O governo e o podre Poder Judiciário não dão mostras de recuo. Basta lembrar que, às vésperas da decisão que tirou Lula da cadeia, Moro pediu a prisão da ex-presidente Dilma Rousseff num processo no qual ela nem é investigada! E, numa provocação absurda, policiais entraram na cela de Lula às 6 horas da manhã, para entregar uma intimação convocando-o a prestar um depoimento quatro horas mais tarde.

Servidor na rua, Covas a culpa é sua

Municipais de São Paulo fazem greve por reestruturação salarial



João Santana

Servidores em greve fazem manifestação em frente à prefeitura

Em 5 de novembro o Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo) decretou greve exigindo uma reestruturação salarial com ganhos salariais.

Servidores das carreiras de nível básico (agentes de apoio) e médio (assistente de gestão de políticas públicas e assistentes de suporte técnico) da prefeitura decidiram entrar em greve contra a intransigência do governo Bruno Covas (PSDB). O último re-

juste salarial foi em 2013 no governo de Haddad (PT), e desde então, nada de reposição salarial.

As perdas no período somam 39,27%. O próprio governo reconhece isto, mas apresenta uma proposta na qual mais de 70% dessa categoria não terá ganho.

A luta não para

A luta vem desde que Covas apresentou o aumento da alíquota da previdência de 11% para 14%, aprovado em abril. Após 33 dias de greve a categoria decidiu suspendê-la com um compromisso do governo de pagamento de um abono salarial de R\$ 200,00 para nível básico e R\$ 300,00 para o médio, até a discussão de uma reestruturação dessas carreiras.

Este abono foi aprovado pela Câmara Municipal, em junho, mas um vereador do MBL entrou na justiça

suspendendo seu pagamento. Desde então a categoria fez vários dias de paralisações exigindo a reestruturação, mas o governo, intransigente, interrompeu negociações para enviar o seu projeto de reestruturação para a Câmara Municipal. Este projeto muda os vencimentos para salário subsídio e acaba com vários adicionais, entre eles o de tempo de serviço. A reação foi de revolta, porque a proposta deixa de fora 70% da categoria, que entrou em greve por uma verdadeira reestruturação.

Greve forte

O movimento começou com muita força. Unidades de atendimento ao público foram paralisadas, saúde, subprefeituras, negócios jurídicos, cultura, habitação, verde e meio ambiente, e comandos de greve foram construídos por região. O governo declara na

imprensa que já pagou o que os servidores pediam, uma mentira, pois mesmo se uma liminar derrubou a suspensão do abono ele só será pago no final de novembro.

A greve se estendeu. Mantendo sua intransigência, Covas enviou o projeto de lei de reestruturação, sem o aval das entidades.

Em assembleia, no último dia 12, os servidores decidiram manter a greve e montar um acampamento na porta da prefeitura, exigindo reabertura das negociações. "Uma das decisões da assembleia é a realização de um acampamento para permanecer em vigília e pressionar para que o governo nos receba e faça uma negociação de fato", afirmou diretora do sindicato, Djalma Maria Prado (site do Sindsep).

João B. Gomes

Renova ANDES realiza reunião nacional

Atividade prepara congresso do ANDES-SN

O fórum Renova ANDES realizou reunião nacional em Brasília de 8 a 10 de novembro, para discutir a situação política e a luta contra os ataques aos direitos dos docentes das universidades, em particular com o programa Future-se. A reunião visava também preparar o 39º congresso do ANDES-SN (fevereiro de 2020, na USP) e iniciou a construção de uma chapa de oposição para a eleição para a diretoria do sindicato.

Com representantes de universidades de diferentes regiões do país, a reunião foi aberta com uma avaliação da conjuntura, animada pela libertação de Lula que aconteceu naquele dia.

Nos dois outros dias a reunião se concentrou na necessidade de dotar

o ANDES-SN de uma orientação que sintonize o sindicato com as reivindicações dos docentes das universidades federais, estaduais e municipais, relegadas a segundo plano pela atual direção.

Foi discutido também a relação do ANDES-SN com as demais organizações da classe. Aferrada à orientação sectária da CSP-Conlutas, o ANDES-SN se mantém isolado das lutas desenvolvidas pelas demais organizações da classe, do meio acadêmico e da Educação, como é o caso da defesa da democracia e da luta contra o golpe de 2016, que o ANDES-SN não reconheceu, e da luta pelo Lula livre, na qual o sindicato se integrou parcialmente no final, em gritante contradição com a sua base.

Em 2018 o ANDES-SN não participou efetivamente da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), mantendo uma postura de denunciamento que isola o sindicato.

O Renova ANDES irá apresentar um conjunto de propostas ao congresso do sindicato, centradas na defesa dos direitos dos docentes e dos trabalhadores em geral, na defesa de uma política científica e tecnológica soberana para o país, na defesa dos serviços públicos e das estatais, e na defesa da democracia, com o fim do governo Bolsonaro.

Para o Renova ANDES essa nova orientação para o sindicato exige que o ANDES-SN se articule com as demais organizações da classe, do meio científico e da Educação,

rompendo com a orientação sectária da CSP Conlutas.

Ao final da reunião foi decidido que, diante da orientação sectária e isolacionista seguida no último período pelo ANDES-SN, e da gravidade dos ataques que os docentes estão sofrendo é necessário preparar uma chapa para disputar a próxima eleição do sindicato, que será formada na convenção do Renova ANDES, a ser realizada durante o 39º congresso do sindicato.

Tais propostas estão inscritas na Carta de Brasília, que prepara o 39º congresso do ANDES-SN e está em discussão na base do sindicato.

Domingos Sávio Garcia

CPI da Vale prevê plebiscito pela reestatização

Relatório aprovado responsabiliza a empresa pelo desastre de Brumadinho

Em 5 de novembro foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho, que tramitava na Câmara dos Deputados. O relatório responsabiliza a Vale e a empresa alemã Tüv Süd pelo desastre, propondo várias medidas, econômicas e jurídicas, além de culpar vários diretores, engenheiros e funcionários do alto escalão por homicídio culposo. Medidas bastante duras, que também foram aprovadas na CPI da Assembleia Legislativa de

Minas Gerais (ALMG).

Mas, o que teve de diferente foi a aprovação, unânime, da realização de um plebiscito pela reestatização da Vale, em um momento que tanto o governo Bolsonaro, como o governo Zema em Minas Gerais falam em privatizar tudo o que existe de empresas estatais.

O relatório ajuda na sustentação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 522/19, de autoria do deputado federal Rogério Correia (PT-MG), que

tramita na Câmara dos Deputados e que formula a seguinte pergunta: "Você concorda com a reestatização da Companhia Vale S.A.?"

O PDL 522/19 terá que ser analisado por inúmeras comissões da Câmara para depois ser votado pelo plenário.

Ainda que um ponto de apoio para a mobilização, é preciso não esperar que esse Congresso reacionário, recheado de empresários e lambe-botas dos interesses do imperialismo, venha

a aprovar o PDL da reestatização da Vale.

Essa luta será ganha nas ruas, com a participação dos sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e partidos políticos que estejam dispostos a comprar essa briga.

O ato em 25 de outubro que relembrou os 9 meses do acidente (ver OT 856), foi só o começo!

Sumara Ribeiro

Há 30 anos o Muro de Berlim caía pela ação das massas

Passadas três décadas, qual o balanço da reunificação da Alemanha?

Na noite de 9 para 10 de novembro de 1989 em Berlim, milhares de alemães da parte oriental da cidade, munidos de ferramentas pessoais, derrubaram fisicamente o muro construído em 1961 pelo regime stalinista que dirigia a República Democrática Alemã (RDA).

O Muro de Berlim era o símbolo da divisão da nação alemã, mas também da divisão da Europa, e para além dela do mundo, entre uma zona submetida ao imperialismo dos Estados Unidos e outra à burocracia dirigente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

No momento dessa virada histórica, a Alemanha estava dividida em dois países: a República Federal Alemã (RFA), cuja capital era Bonn, fruto da unificação dos setores ocupados pelos EUA, França e Reino Unido ao final da 2ª Guerra Mundial (1939-45), com sucessivos governos de Democratas Cristãos (CDU) e Social-Democratas (SPD); e a RDA, na parte oriental, cuja capital era Pankow (distrito de Berlim Oriental), criada pela URSS e dirigida por um partido único stalinista, o SED, cujo principal líder era Erich Honecker. Berlim, que tinha sido capital da Alemanha e estava dentro da RDA, era também dividida em duas, segundo as zonas de ocupação militar dos aliados vencedores da guerra.

Nesses trinta anos a queda do Muro já foi tratada como o “fim da história” ou a “falência do socialismo”, o que condenaria a humanidade à exploração capitalista até o fim dos tempos. Isso para esconder o conteúdo da mobilização dos trabalhadores e do povo alemão – dos dois lados da fronteira imposta – que havia politicamente preparado a sua derrubada.

“O povo somos nós!”

Um mês antes, em 9 de outubro, na cidade operária de Leipzig (RDA), 70 mil manifestantes, com a palavra de ordem “O povo somos nós!”, exigiam liberdade e legalização de suas organizações independentes cantando “A Internacional”. Mobilização que foi o sinal do levante popular revolucionário na RDA. Os dirigentes do SED ficaram impotentes diante dela e o seu aparato repressivo – como a temida Stasi



Manifestação em Leipzig, outubro de 1989

(polícia política) – capitulou. Nove dias depois, Honecker renunciou.

No mesmo 9 de outubro, em Bonn (RFA), uma delegação da União dos Círculos por uma Política Operária (UCPO), dirigida por Karl Lohmann, foi à representação diplomática da RDA com as mesmas exigências de Leipzig. Não tendo sido recebida, ela foi à sede do SPD, onde discutiu com seus dirigentes Vogel, Lafontaine, Bahr e Schroder. Sua proposta era opor a unidade dos trabalhadores do leste e oeste ao governo de Helmut Kohl (CDU), o qual, em nome da “liberdade”, ajudava o regime de Honecker e tentava utilizar os refugiados e trabalhadores do leste como mão de obra barata contra as conquistas de toda a classe operária alemã. Os dirigentes do SPD enrolaram, disseram não ser contra, mas que “o SPD não pode organizar uma manifestação tão rápido”.

A UCPO lançou então um apelo que dizia: “É responsabilidade das grandes organizações dos trabalhadores, do SPD e dos sindicatos da DGB, bem como dos Verdes, mobilizar a população na Alemanha Ocidental pela solidariedade e unidade por cima da fronteira que nos divide: pelo respeito às exigências da população da RDA, que são as nossas exigências comuns; pela proteção da população da RDA contra a violência da Stasi; pelas liberdades e direitos democráticos e políticos. Propomos a organização de uma manifestação nacional, no próximo sábado, 14 de outubro, em Bonn, chamada pela DGB, SPD e Verdes, com todas as organizações que se reclamam das reivindicações do movimento operário e democrático, para exigir: liberdade de todos os presos políti-

cos; anulação de todas as sanções disciplinares; liberdade de opinião, de reunião e de manifestação; legalização do ‘Neues Forum’, do SPD e de todos os agrupamentos políticos; direito à organização sindical e política independente.”

A direção do SPD não se moveu, refletindo a posição dos governos europeus e de todas as potências que temiam que a mobilização das massas colocasse em risco uma transição controlada por cima.

A exigência de unidade da classe operária alemã com base nas mesmas conquistas, alinhando o nível de vida do leste com o do oeste, estendendo as conquistas sociais para todos, expulsando a burocracia, mas mantendo a propriedade social e a proteção que a propriedade estatal das empresas assegurava contra a voracidade do capital, apontava a fusão da revolução política na RDA com a revolução social na RFA, e por isso mesmo foi bloqueada pelos “grandes” do mundo.

Qual o balanço, 30 anos depois?

Abaixo trechos do editorial do jornal “Soziale Politik & Demokratie”, assinado por Carla Boulboullé, sobre os 30 anos da unidade alemã:

“Pouco tempo após a reunificação da Alemanha, a população da ex-RDA viveu a amarga experiência da liquidação de sua indústria com a supressão de milhões de empregos e dos direitos sociais a eles ligados.

O tratado de unificação integrou a Alemanha ao que viria a ser a União Europeia, submetendo a população do leste à economia capitalista privada e a seu Estado burguês.

O resultado foi a liquidação e privatização das empresas públicas do

leste e das conquistas ligadas à propriedade social nos setores de saúde, educação, direito ao trabalho etc. Ao mesmo tempo, uma parte importante dos antigos burocratas do SED puderam preservar seus privilégios, tornando-se executivos no setor privado ou altos funcionários administrativos.

As desigualdades entre o leste e o oeste aumentaram. Segundo o Instituto de ciências econômicas (WISI), a defasagem salarial é de cerca de 17% para os trabalhadores do leste. Os salários das convenções coletivas, obtidos pela luta sindical, só cobrem 45% dos empregados no leste

(no oeste também caiu para 56%).

A política da Agenda 2010, iniciada no governo de Schröder (SPD) e seguida pelos que o sucederam, provocou declínio social em toda a Alemanha, mas foi mais forte no leste, que serviu como campo de experiência para o desmanche da seguridade social e a redução de direitos trabalhistas.

A desigualdade social aumentou na Alemanha unificada: os 10% mais ricos detém 56% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com 1,3%. Mesmo 30 anos depois da queda do muro, a parte leste da Alemanha continua atrás da parte ocidental, seja em poder econômico (75%), renda média ou nível de vida. Uma recente pesquisa do governo federal mostra que 57% dos alemães do leste se consideram ‘cidadãos de segunda categoria’.

O jornal ‘Die Zeit’ publicou em 2 de outubro um estudo mostrando que ‘os alemães do leste consideram que a segurança no emprego e a justiça social são piores do que antes de 1990’.

Uma situação que demonstra que a unidade social da Alemanha não pode se dar no quadro do capitalismo dominante. A realidade é que a desigualdade aumentou.

A realização da unidade social da Alemanha, que o movimento revolucionário de 1989 tinha se dado como tarefa, resta um problema não resolvido.”

Argélia: duas revoluções que são uma só

Na comemoração da guerra de libertação milhões de argelinos nas ruas

O dia 1º de novembro é uma data histórica na Argélia, que marca o início da luta armada contra o colonialismo francês em 1954. Este ano, o dia 1º de novembro caiu numa sexta-feira (1).

De um lado, as celebrações oficiais, na clandestinidade dos palácios do governo, ou mesmo cancelada, como em Béjaïa. De outro lado, a celebração pelo povo, nas ruas. Aos milhões e milhões, os argelinos foram às ruas em todas as cidades do país para prestar homenagem aos combatentes e mártires da revolução argelina e para denunciar o regime atual, resultante do confisco dessa revolução. Esses milhões expressam um sentimento claro: de 1954 a 1962, nós libertamos a terra. Em 2019, vamos libertar o povo.

Bandeiras, cartazes em honra aos combatentes da revolução, em sua maioria mortos em combate, mas também fotos, máscaras e cartazes do velho combatente da luta da libertação nacional, Lakhdar Bouregaâ, de 86 anos, que está atualmente preso (2).

As manifestações de 1º de novem-

bro expressaram tudo o que é a Argélia. A vitória contra o colonialismo que explorava e saqueava o país implicou, para a sua plena soberania, que as riquezas, como os hidrocarbonetos, sejam propriedade da nação.

Fora o regime

É por isso que, nessas manifestações, alternavam-se as palavras de ordem "não haverá eleição em 12 de dezembro, fora o regime, libertação dos prisioneiros políticos e não à lei sobre hidrocarbonetos" (2).

Essa rejeição das eleições que visam preservar o regime, ficou clara quando um dos candidatos à eleição presidencial, Benflis, ex-ministro de Bouteflika, foi obrigado a correr para o seu carro e fugir de uma rua em Argel, enquanto os manifestantes o chamavam de traidor e gritavam fora!

Além disso, os cinco candidatos inscritos para as eleições de 12 de dezembro fazem parte do regime. Dois foram primeiros-ministros de



Argel, 1 de novembro, manifestação massiva prosseguiu até tarde da noite

Bouteflika e outros dois foram seus ministros. O governo, sob pressão do chefe do estado-maior, Gaïd Salah, agarra-se à eleição para tentar preservar o regime em plena crise. Ele multiplica as intimações, a repressão e as condenações. Ao mesmo tempo, o braço do sistema que é o aparelho judiciário está em plena crise com a greve dos juízes (2).

O FMI e o Banco Mundial estão alarmados com a situação na Argélia. Submisso às regras do mercado mundial e ao capital financeiro, o governo precipitou a lei de privatização dos hidrocarbonetos, votada

pela Assembleia Nacional, em 5 de novembro. Nesse mesmo dia, milhares de estudantes nas ruas de Argel tentaram chegar ao prédio da APN (ver pag.2) com o grito de: "O Parlamento não nos representa! A lei sobre hidrocarbonetos não deve ser votada!"

A soberania nacional é a soberania do povo sobre suas riquezas.

1954 e 2019: duas revoluções que são uma só.

Lucien Gauthier
(publicado no jornal francês
Informações Operárias)

Notas

1 - Desde 22 de fevereiro, todas as sextas-feiras, as ruas são palco de protestos contra o atual regime.

2 - Os juízes estão em greve desde 27 de novembro. Na Argélia, onde o aparelho judiciário está sob controle do regime, uma greve de juízes é incomum e proibida por lei.

3 - A lei acaba com a exigência de 51% da participação do Estado na exploração do petróleo e gás.

Luísa Hanune responde à mensagem de Lula

“Somos prisioneiros políticos, sairemos da prisão para prosseguir nosso combate”



Depois da prisão provisória de Luísa Hanune, em 9 de maio, uma série de prisões políticas foram feitas pelo regime. A libertação

dos presos políticos é exigida nas mobilizações do povo argelino e objeto de uma campanha internacional em mais de 100 países. Em maio, Lula se manifestou pela sua libertação. Luísa foi condenada em setembro, pelo Tribunal Militar. Em 23 de outubro Lula escreve uma nota de apoio e solidariedade a Luísa (ver OT 856).

De sua cela, Luísa responde à mensagem de Lula.

“Caro companheiro Lula,

Tomei conhecimento de sua mensagem só há alguns dias, em função de minhas condições de prisão, nas quais só meus advogados são autorizados a me visitar.

Sua mensagem é um encorajamento formidável ao combate contra esse velho mundo que oprime e explora os trabalhadores e os povos. Que simbologia! Um preso político no Brasil que escreve a uma prisioneira política na Argélia. É também uma manifestação de internacionalismo.

Compartilho totalmente de seu ponto de vista quando me escreve: “este atentado ao direito e à democracia, os processos jurídicos ma-

nipulados para colocar na prisão, sem provas, lideranças do povo, seja no Brasil ou na Argélia, encobrem interesses econômicos que querem entregar aos estrangeiros os recursos que pertencem à nação, contra a soberania nacional”.

Efetivamente, por esta razão, você e eu estamos presos. Com meu partido e os companheiros do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos denunciemos o golpe de estado institucional no Brasil e combatemos a farsa que foi montada do processo contra você, e agora por sua liberdade. Nós continuaremos este combate. E para isso podemos nos apoiar nos povos que se revoltam

contra as grandes potências e o capital financeiro: na Argélia, no Iraque, no Líbano, em Hong Kong, no Chile e Equador e outros países.

Nessas condições caro companheiro Lula, estou certa que poderemos discutir isso a viva voz, seja em Argel ou São Paulo, quando a democracia triunfar e nós sairmos de nossas respectivas prisões. Somos prisioneiros políticos. E sairemos da prisão para prosseguir nosso combate.

Saudações fraternas,

Luísa Hanune secretária geral do Partido dos Trabalhadores (Argélia)
De minha cela na prisão de Blida, 7 de novembro de 2019”



No dia 4 de novembro entidades fizeram uma atividade pela liberdade de Luísa Hanune na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Participaram do ato de solidariedade internacional, conduzido pelo deputado do PT, Lúdio Cabral, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (Sintep) e da Associação dos Docentes da Unemat (Adunemat).

Neste 13 de novembro, por iniciativa do vereador Lino Peres (PT) e sindicalistas, ocorre uma coletiva de imprensa em Florianópolis como parte da campanha pela libertação de Luísa.

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br